

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 – 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/481 (XIV)

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA
DOS MINISTROS DA ECONOMIA
E FINANÇAS DA UNIÃO AFRICANA

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DOS
MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS
11 – 14 JANEIRO DE 2009
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

ECO/Extra/CAMEF/MIN/Rpt 1

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A Reunião de Ministros da Conferência Extraordinária dos Ministros Africanos de Economia e das Finanças (CAMEF) realizou-se na Sede da Comissão da União Africana em Adis Abeba (Etiópia) a 14 de Janeiro de 2009. A reunião foi presidida por S.E. Titi Pierre, Ministro Delegado do Ministério das Finanças responsável pelo orçamento dos Camarões.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Participaram na reunião os seguintes Estados Membros: Argélia, Angola, Botswana, Burkina-Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, RASD, Senegal, Sierra Leone, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram também presentes as seguintes Comunidades Económicas Regionais: Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados do Sahel e do Sahara (CEN-SAD), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Estiveram também representadas as seguintes instituições: Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Económica para a África das Nações Unidas (UNECA).

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

4. O Comissário para os Assuntos Económicos, Dr. Mawell Mkwezalamba, em nome do Presidente da CUA, agradeceu os Ministros e os Peritos por participarem na Conferência e indicou que a sua presença realça a importância que eles atribuem à agenda Africana de integração. Sublinhou que os objectivos da Conferência são de analisar o projecto de protocolo e os estatutos sobre o estabelecimento do Banco Africano de Investimento, a possibilidade da criação da Bolsa de Valores Pan-africana, a elaboração de um roteiro e plano de acção para micro finanças em África e fontes alternativas de financiamento para a União Africana. O Comissário fez uma análise extensiva sobre os benefícios resultantes se forem implementados os estudos e solicitou os Ministros para analisarem minuciosamente as recomendações feitas pelos Peritos. Concluiu agradecendo uma vez mais os distintos Ministros por terem vindo discutir estas questões tão importantes e desejou sucesso a Conferência.

5. O Senhor Abdoulie Janneh, Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para a África lembrou a importância

da Conferência de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais realizada em Túnis (12 de Novembro de 2008) e as estratégias que a África deve estabelecer para mitigar o impacto da crise financeira sobre o comércio e o fluxo de investimento. Lembrou aos Ministros que, conforme decidido pela reunião de Túnis, um Comité dos 10 reuniu-se a 16 de Janeiro de 2009 em Cape Town, África do Sul para acordar sobre a posição de África relativamente ao impacto da crise financeira e o papel que a África deverá desempenhar na nova arquitectura financeira a ser apresentada na próxima reunião do G20. Realçou a necessidade dos países africanos tomarem as medidas necessárias para incrementar a mobilização de recursos domésticos, o papel que o Banco Africano de Investimento irá desempenhar e sublinhou a importância de instituições de micro finanças no desenvolvimento das economias rurais. Finalmente, realçou a cooperação frutífera existente entre a UNECA e a CUA.

6. Nas suas observações iniciais S.E. Ato Mekonnen Menyazewal, Ministro do Estado das Finanças e Desenvolvimento Económico da República Federal Democrática da Etiópia saudou todos os presentes e prosseguiu sublinhando a importância da Conferência. Na sua opinião a discussão centrava-se em duas questões, nomeadamente, o de melhorar a capacidade da UA de cumprir o seu mandato e reforçar e diversificar o sector financeiro para apoiar a agenda de integração. Portanto, a tarefa dos Ministros é o de fazer um exame crítico das recomendações dos estudos e fazer uma apreciação cuidadosa dos assuntos e chegar a conclusões práticas.

IV. ELEIÇÃO DA MESA DA REUNIÃO DE MINISTROS

7. Uma vez que esta Conferência Extraordinária acontece depois da Segunda CAMEF Ordinária realizada em Youndé, em Novembro de 2006, os Ministros decidiram manter a mesma Mesa eleita pela Conferência Ordinária, cuja composição é a seguinte:

Presidente:	Camarões
Primeiro Vice-presidente:	Malawi
Segundo Vice-presidente:	Argélia
Terceiro Vice-presidente:	Gana
Relator :	Quénia

V. ADOPÇÃO DA AGENDA

8. Os Ministros analisaram e adoptaram a seguinte agenda:

1. Abertura da Conferência;
2. Eleição da Mesa;
3. Adopção do Projecto de Agenda;
4. Apreciação do Relatório e das Principais Recomendações da Reunião de Peritos;
5. Apreciação do Relatório e das Principais Recomendações da Reunião de Juristas;

6. Apreciação e Adopção do Relatório, Declaração e das Resoluções da Reunião Ministerial;
7. Questões Diversas; e
8. Encerramento da Reunião.

VI. APRECIÇÃO DOS PONTOS DA AGENDA

Apreciação do Relatório e das Principais Recomendações da Reunião de Peritos

9. O Presidente da Reunião de Peritos, o Sr. Simon-Pierre Omgba-Mbida, Primeiro Secretário da Embaixada dos Camarões, apresentou o Relatório dos Peritos. O relatório está dividido em quatro secções:

- i. Relatório do estudo sobre a viabilidade do estabelecimento da Bolsa de Valores Pan-Africana;
- ii. Estudo sobre as fontes alternativas de financiamento da União Africana;
- iii. Estudo sobre o desenvolvimento do roteiro e plano de acção para o sector de micro finanças em África;
- iv. Apreciação do projecto de protocolo e do estatuto do Banco Africano de Investimento.

Apreciação do Relatório do Estudo sobre a Viabilidade do Estabelecimento da Bolsa de Valores Pan-Africana

10. Na sua apresentação, o Presidente salientou que os peritos analisaram um estudo preparado pela Comissão da União Africana sobre a Viabilidade do Estabelecimento da Bolsa de Valores Pan-Africana, bem como as recomendações do workshop de Peritos realizado sobre este assunto, em Novembro de 2008. Ele mencionou que este estudo foi realizado nos termos da Decisão Assembly/AU/Dec.109(VI) tomada em Cartum em Janeiro de 2006. O Estudo cita que as 25 bolsas de valores Africanas existentes, 2 das quais são sub-regionais, representam todas juntas menos de 2% da capitalização do mercado bolsista e que muitas delas têm uma baixa liquidez como resultado do baixo nível de empresas cotadas e um volume de transacção muito limitado. Tomando em consideração estes dados, as experiências obtidas em África e no mundo da integração bolsista, bem como os constrangimentos e obstáculos identificados, o Estudo propõe cinco (5) opções diferentes de integração das bolsas de valores Africanas existentes.

11. Os participantes da reunião foram informados de que num Workshop de Validação do Estudo, organizado pela Comissão em Novembro de 2008, os peritos recomendaram uma abordagem gradual como opção. A harmonização do quadro legal e fiscal, a liberalização das taxas cambiais e o movimento de capitais, e a harmonização dos sistemas de pagamento e de regulação, etc. irão, entre outras coisas, determinar a materialização desta opção.

Debate

12. Relativamente a este assunto, os Ministros elogiaram a Comissão pela realização deste estudo. Eles mencionaram que o estudo foi oportuno uma vez que leva à promoção da integração económica e financeira em África. No seu debate, os Ministros manifestaram preocupação em relação ao baixo nível de desempenho das Bolsas de Valores existentes. Eles salientaram, contudo, que a actividade Bolsista era essencialmente de natureza privada e que o processo de integração das Bolsas de Valores existentes deve ser orientado pelas necessidades de desenvolvimento dos que operam nesses mercados. Embora notando a natureza complexa das operações Bolsistas, os Ministros reiteraram a sua preferência por uma abordagem gradual de integração dos mercados bolsistas em África.

Recomendações

13. No final das deliberações, os Ministros apresentaram as seguintes recomendações:

- a) A conclusão e recomendações do Workshop de Peritos, organizado pela Comissão de 6 a 8 de Novembro de 2008, devem ser aceites uma vez que reflectem as visões de profissionais de mercados bolsistas.
- b) A opção de uma abordagem gradual de integração dos mercados bolsistas Africanos deve ser mantida. Os actores económicos em questão (bolsas de valores, órgãos reguladores, emissores e investidores, agentes intermediários, Associação das Bolsas de Valores Africanas, etc.) devem tomar a dianteira na formulação desta abordagem.
- c) A promoção das Bolsas de Valores nacionais e sub-regionais existentes, bem como das iniciativas de integração regional em curso constitui um pré-requisito. Esta medida implica a adopção de medidas legais e fiscais adequadas; harmonização dos quadros legais e fiscais, coordenação dos órgãos reguladores, harmonização das normas contabilísticas, sistemas de pagamentos e reguladores, etc.
- d) Realização de um estudo adicional para fortalecer a opção de materialização gradual da integração das Bolsas de Valores Africanas. Este estudo, que deverá ser levado a cabo à luz das experiências obtidas com o funcionamento dos mercados bolsistas existentes, deve compreender: definição da concepção da Bolsa de Valores Pan-Africana, modalidades de implementação e o caminho a seguir, o custo global da implementação, distribuição dos referidos custos entre os intervenientes e um plano de implementação.
- e) Os Estados Membros, que ainda não estabeleceram Bolsas de Valores devem ser encorajados a o fazer. Os esforços desses países deverá ser apoiado por aqueles que possuam Bolsas de Valores analisando como podem prestar auxílio para o estabelecimento das suas próprias Bolsas de Valores.

Apreciação do estudo sobre as fontes alternativas de financiamento para a União Africana

14. Relativamente a este ponto crítico, na sua apresentação, o Presidente fez um breve resumo do estudo realizado pela Comissão sobre as fontes alternativas de financiamento para a UA. O estudo nota as dificuldades, bem como a excessiva dependência nos financiamentos externos para o Orçamento da União Africana. Destacou que o actual mecanismo para o financiamento das actividades da UA que são sujeitos às contribuições estatutárias dos Estados Membros e às contribuições dos parceiros de desenvolvimento contem muitas insuficiências, daí a necessidade de levar a cabo o estudo sobre as Fontes Alternativas de Financiamento para a UA. Mencionou que vários estudos sobre o financiamento da UA levados a cabo propõem a arrecadação de impostos nas importações, apólices de seguro, viagens internacionais, exportações, exportações de hidrocarbonetos, sector privado e turismo e essas propostas foram submetidas para escrutínio dos Estados Membros de modo a avaliar o seu possível impacto nas economias nacionais.

15. Considerando as opções propostas no estudo, debruçou-se sobre as vantagens, desvantagens e benefícios de cada opção, que pode ser concretizada caso implementada.

16. O Presidente informou a reunião que os estudos demonstram que das oito propostas para as fontes alternativas de financiamento contidas nos anteriores estudos, seis são sustentáveis e não têm substancial impacto negativo nas economias dos Estados Membros. Manifestou que uma das seis formas de arrecadação de impostos envolvidas sobre importações é difícil de implementar à curto prazo. No final, informou à reunião que o estudo da Comissão propõe quatro opções para consideração:

1. Arrecadação de Impostos nas viagens internacionais, em conjunto com o financiamento do sector privado, que poderá arrecadar 123 milhões \$EU anualmente;
2. Arrecadação de Impostos na estrutura de exportação dos Estados Membros, em conjunto com o financiamento do sector privado, que poderá arrecadar 130 milhões \$EU anualmente;
3. Arrecadação de Impostos nas exportações de hidrocarbonetos, em conjunto com o financiamento do sector privado, que poderá arrecadar 602 milhões \$EU anualmente;
4. Arrecadação de Impostos sobre apólices de seguro, em conjunto com o financiamento do sector privado, que poderá arrecadar 220 milhões \$EU anualmente;

Debate

17. Os Ministros saudaram e felicitaram a CUA por levar a cabo este importante estudo. Contudo, os Ministros acordaram que os Estados Membros necessitam de

mais tempo para examinar o estudo bem como recomendações propostas pela CUA uma vez que podem ter impacto nas suas economias. Os Ministros tomaram nota das opções propostas pelo estudo e acordaram que para além das opções propostas no estudo, há a necessidade de explorar igualmente outras alternativas de financiamento. Os Ministros reiteraram ainda:

- a) A necessidade dos Estados Membros demonstrarem a vontade política no sentido de realizar e honrar as suas obrigações financeiras;
- b) A necessidade dos Estados Membros adoptarem políticas económicas e de desenvolvimento que geram crescimento económico que aumenta a sua capacidade de pagamento;
- c) A necessidade da União Africana ser mais energética em sancionar os Estados Membros que não cumpram com as suas obrigações financeiras.

Recomendações

18. Após deliberações exaustivas sobre a questão, os Ministros fizeram as seguintes recomendações:

- a) Remeter o estudo para os Estados membros para mais escrutínio e para a submissão de observações sobre as opções propostas e fazer sugestões sobre outras fontes alternativas;
- b) Os Estados Membros devem encaminhar os seus comentários e propostas para a Comissão da União Africana não após o dia 15 de Setembro de 2009;
- c) Solicitar à Comissão a ter em conta as recomendações das consultas dos Estados Membros no novo estudo e apresentar o novo documento para uma Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros Africanos da Economia e das Finanças em Novembro de 2009;
- d) O resultado da CAMEF Extraordinária de Novembro deve ser apresentado à Conferência da UA de Janeiro de 2010.

O relatório de estudo sobre o desenvolvimento de um roteiro e plano de acção para o micro financiamento

19. O Presidente da Reunião de Peritos apresentou um resumo de um estudo levado a cabo pela Comissão sobre o micro financiamento bem como o resultado de um workshop de validação de um estudo realizado em Dacar, Senegal, em Julho de 2008. Destacou uma nova forma de organização de funcionamento; o micro financiamento é uma verdadeira fonte de geração de emprego e de investimento em África. Informou igualmente à Conferência sobre a estratégia e plano de acção da Comissão que está contida no estudo.

Debate

20. Os Ministros saudaram e felicitaram a CUA por levar a cabo o estudo e destacaram a importância de micro-finanças para o desenvolvimento do Continente. Contudo, os Ministros apelaram por uma reflexão profunda sobre as recomendações contidas no estudo e solicitaram por mais explicação em relação a recomendação relativa à criação do Fundo de Garantia.

21. Os Ministros expressaram a importância das Instituições de Micro-finanças concederem empréstimos acessíveis. Os Ministros notaram igualmente que os acordos de Parceria Público-Privada (PPP) sejam extensivos às actividades das Instituições de Micro finanças e não limitadas aos projectos de infra-estruturas.

Recomendações:

22. Após uma troca de impressões sobre esta questão, os Ministros tomaram nota do estudo efectuado pela Comissão da União Africana e apresentaram as seguintes recomendações:

- A necessidade de se aprofundar o estudo e de se aprender das experiências dos Estados Membros;
- A necessidade de se pensar cuidadosamente nas instituições de Micro-finanças existentes com vista a um intercâmbio e partilha de experiências;
- A necessidade de se levar a cabo um estudo de viabilidade sobre a criação dos Fundos de Garantia.

Apreciação do Projecto de Protocolo do Banco Africano de Investimento

23. O Presidente da Mesa apresentou o relatório da reunião dos juristas sobre o Protocolo do Banco Africano de Investimento (BAI). Destacou a estrutura principal do mecanismo, enfatizando os seus conteúdos essenciais.

Debate

24. Os Ministros louvaram os peritos pelo seu relatório. Louvaram igualmente a Líbia pelo apoio dado ao Comité Directivo do BAI. Algumas das delegações levantaram a preocupação relacionada com o conceito dos países de baixo rendimento.

Recomendações

25. No fim das deliberações, os Ministros apresentaram as seguintes recomendações:

- i. Que o Projecto de Protocolo seja apresentado à Conferência de Fevereiro de 2009;
- ii. Que o Projecto de Estatuto seja enviado aos Estados Membros para comentários e recomendações. A CUA deve receber os comentários antes do dia 01 de Maio de 2009 e uma reunião será convocada para se analisar o Estatuto revisto. Participarão na reunião Juristas e peritos da área Económica e Financeira.

DIVERSOS

26. O representante do Governo da Líbia informou à reunião que o Governo da Líbia irá acolher e patrocinar a próxima reunião de Peritos.

VII. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

27. Nas suas observações finais, o Comissário dos Assuntos Económicos, Dr. Maxwell Mkwazalamba expressou o seu profundo e sincero agradecimento aos Ministros das Finanças e Desenvolvimento Económico, pela forma invejável com que estes colaboraram com a UA de modo a tornarem a reunião Extraordinária um sucesso. Agradeceu igualmente aos peritos, à CEA, ao BAD, ao Governador do Banco da Líbia, aos Embaixadores e aos funcionários da CUA, que de uma forma ou de outra, contribuíram para o sucesso da reunião.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2009

Relatório Da Conferência Extraordinária Dos Ministros Da Economia E Finanças Da União Africana

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3929>

Downloaded from African Union Common Repository